



44 B  
242

**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 86047-1/RECIFE - PE**

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE ADESÃO. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DO FORO. NULIDADE.

Nos contratos de adesão, as cláusulas de eleição do foro que visam a dificultar a defesa do consumidor são nulas.

Tratando-se de ação derivada da relação de consumo deve ser declarado competente o foro do domicílio do consumidor a fim de ser facilitada a sua defesa. Exegese do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

**DECISÃO:** "POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI JULGADO PROCEDENTE O CONFLITO DE COMPETÊNCIA PARA JULGAR COMPETENTE O JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO LOURENÇO DA MATA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

**DATA DO JULGAMENTO:** 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

**ACÓRDÃO**

5501

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 86047-1/RECIFE - PE**, SUSCITANTE O JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE e SUSCITADO, O JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO LOURENÇO DA MATA, **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, julgar procedente o conflito de competência, tudo de acordo com o voto escrito que integra o presente aresto.

Recife, 21 de janeiro de 2010.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
RELATOR.



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0086047-1 - RECIFE-PE  
SUSTE: JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE  
SUSDO: JUIZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO LOURENÇO DA MATA  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital, nos autos da Ação de Busca e Apreensão nº 8.625/01, promovida por Banco Dibens S/A contra Maria Jardelina da Silva, proposta perante o Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de São Lourenço da Mata, o qual se declarou incompetente quando constatou que o contrato firmado entre as partes elegia como foro competente para dirimir litígio, a Comarca do Recife, fs. 09/10, para onde enviou o feito que foi distribuído à 3ª Vara Cível da Capital.

Ocorre que o Juiz da 3ª Vara Cível da Capital, fs. 20, entendendo que se tratava o contrato de relação de consumo, e considerando o posicionamento mais recente do STJ, também se julgou incompetente para apreciar e julgar o feito, suscitando o presente conflito negativo, determinando a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.

É o relatório.

Inclua-se em pauta

Recife, 09 de novembro de 2009

*Adalberto de Oliveira Melo*  
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
RELATOR



45<sup>B</sup>  
243

**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0086047-1 – RECIFE-PE  
SUSTE: JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE  
SUSDO: JUIZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO LOURENÇO DA MATA  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO**

No caso em estudo, julgo que o Magistrado pode declarar de ofício a incompetência relativa do juízo, pois possui, a matéria em discussão, natureza consumerista.

Saliento que a instauração da ação não ocorre de forma aleatória ao bem entender das partes do processo, mas sim, obedece a critérios da lei que estabelece o juízo competente.

O CDC, em seu art. 6º III, estabelece o princípio da facilitação da defesa do consumidor. No meu entender, tal norma tem escopo cogente, ou seja, é de ordem pública, não podendo ser contrariada.

Para facilitar a compreensão do ora asseverado, cito o dispositivo em comento:

"Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (...)"

Decorrência direta da aplicação de tal imperativo é que o foro do domicílio do consumidor é o competente para julgar processo que trate de matéria consumerista. Tal medida, inegavelmente, favorece a defesa dos seus interesses, pois, em regra, facilita a apuração dos fatos, bem como torna mais simples e menos oneroso o acompanhamento e a participação nos atos do processo.

Em consonância ao que acima foi exposto, fora editada a Lei 11.280/06 que incluiu o parágrafo único do art. 112, do Código de Processo Civil,

46 P  
244

permitindo que seja declarada de ofício, em contrato de adesão, a incompetência relativa do juízo.

"Art. 112. Argúi-se, por meio de exceção, a incompetência relativa.

Parágrafo único. A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu".

Friso que os contratos de consumo, em sua imensa maioria, são de adesão, fato verificado no caso em estudo, haja vista os contratos bancários terem seus termos preestabelecidos pelas instituições bancárias.

Deste modo, a luz dos termos do art. 6º, VIII, do CDC, e dos fatos acima elencados, impõe-se a conclusão de que o foro competente para tal é o da Comarca de São Lourenço da Mata. A proteção é ofertada ao consumidor de per si, logo, o foro competente é o do seu domicílio.

Inclusive este é entendimento do TJMG, consoante já restou decidido em julgamento:

EMENTA: CONSUMIDOR. FORO COMPETENTE. INCOMPETÊNCIA RELATIVA. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. ASSOCIAÇÃO. FORO DA SEDE. INCOMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA DO FORO DO DOMICILIO DO CONSUMIDOR. VOTO VENCIDO. A incompetência relativa em relação de consumo pode ser declarada de ofício, art. 112, parágrafo único, do CPC. É competente o foro do domicílio do consumidor a luz dos termos do art. 6º, VIII, do CDC. O fato de ser o consumidor filiado a determinada associação não torna o seu foro competente para o processo, pois esta sequer é parte deste. Recurso não provido. Pode o juiz de ofício declinar da competência para o juízo do domicílio do réu quando a matéria for atinente à nulidade da cláusula de eleição de foro em contrato de adesão. É possível que a associação que atua na defesa do CONSUMIDOR, litigue no local de sua sede, objetivando com isso a facilitação da defesa dos interesses deste. (Des. Roberto Borges de Oliveira) (AGRAVO Nº 1.0024.07.658085-1/001 - RELATOR: DES. CABRAL DA SILVA)

Ademais, o STJ, também, já se posicionou desta maneira, *verbis*:

Competência. Código de Defesa do Consumidor. Cláusula de eleição de foro. Contrato de adesão. Cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, de que resulta dificuldade para a defesa do réu. Tratando-se de ação derivada de relação de consumo, em que deve ser facilitada a defesa do direito do consumidor (Art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor), impende considerar como absoluta a competência do foro do domicílio do réu, não se exigindo, pois, exceção de incompetência. Recurso especial não conhecido. (REsp 128.144-SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, julgado em 21.05.1998).

47/3

245

Ante estas considerações, julgo procedente o presente conflito negativo de competência, para declarar a competência do juízo da 2ª Vara da Comarca de São Lourenço da Mata - PE.

É como voto.

Anexo do processo

w.

Relato